

RENTISMO GLOBAL NO PENSAMENTO DE DAVID HARVEY

<https://doi.org/10.4215/rm2025.e24020>

Valença, M.M. ^{a*}

(a) Doutor em Estudos Regionais

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7318-6606>. LATTES: <http://lattes.cnpq.br/7057449448661416>.

Article history:

Received 06 June, 2025

Accepted 13 June, 2025

Published 10 October, 2025

(*) CORRESPONDING AUTHOR

Address: UFRN. Av. Nevaldo Rocha, 4355, CEP: 59.015-450, Tirol, Natal (RN), Brasil.

Tel: (+55 84) 91770606.

E-mail: marciovalenca10@gmail.com

Resumo

Este artigo discute o conjunto de situações e conceitos do conhecido geógrafo inglês David Harvey, que dizem respeito ao que aqui foi chamado de rentismo global. O termo não foi cunhado por ele, mas designa o que pensamos ser a estruturação de um pensamento sobre o atual estágio de desenvolvimento do capitalismo contemporâneo. Seguimos uma trilha que considera conceitos e discussões desenvolvidos e travados por Harvey e por vários de seus contemporâneos que com ele estabeleceram um diálogo profícuo. Consideramos, por exemplo, a ideia de pós-modernidade como fundamental para, depois, discutir o conceito de acumulação flexível, que é estruturador do pensamento do autor sobre o que veio logo depois da crise do fordismo. O termo pós-fordismo, então utilizado, e as discussões a ele associadas, não eram suficientemente significativos para englobar o conjunto de transformações em curso no período. Acumulação por alienação (ou despossessão) introduz um aspecto crucial que deve ser considerado na discussão: a natureza rentista do desenvolvimento atual, crescentemente urbana.

Palavras-chave: David Harvey, Rentismo Global, Acumulação Flexível

Abstract / Resumen

UNDERSTANDING GLOBAL RENTIER DEVELOPMENT IN DAVID HARVEY

This paper discusses several situations and concepts by geographer David Harvey in respect to what is here called global rentier development. The concept was not proposed by Harvey, but it is useful to structure an understanding of today's capitalist development. We follow a trail that considers concepts and discussions by Harvey and many other intellectuals with whom he established a fruitful dialogue throughout the years. We considered, for instance, the idea of postmodernity as fundamental in the discussion of the concept of flexible accumulation, that is structuring of Harvey's thinking about the sort of political economy that came after the crisis of Fordism. The term post-Fordism, then in use, and associated discussions were too broad to specify and explain the speedy transformations on course then. Accumulation by dispossession, another of Harvey's fundamental concepts developed later, introduces a crucial aspect that should be considered: the rentier nature of today's increasingly urban development.

Keywords: David Harvey, Global Rentier Development, Flexible Accumulation

RENTISMO GLOBAL EN EL PENSAMIENTO DE DAVID HARVEY

Este artículo aborda diversas situaciones y conceptos del geógrafo David Harvey en relación con lo que denominamos desarrollo rentista global. Este concepto no fue propuesto por Harvey, pero resulta útil para estructurar la comprensión del desarrollo capitalista actual. Seguimos una línea que considera los conceptos y debates de Harvey, así como los de otros intelectuales con los que ha establecido un fructífero diálogo a lo largo de los años. Hemos considerado, por ejemplo, la idea de posmodernidad como fundamental para el debate sobre el concepto de acumulación flexible, que estructura el pensamiento de Harvey sobre el destino de la política económica inmediatamente después de la crisis del fordismo. El término posfordismo, común en aquel entonces, así como los debates asociados a él, resultaban demasiado amplios para especificar y explicar las aceleradas transformaciones que entonces se estaban produciendo. La acumulación por desposesión, otro concepto fundamental de Harvey, desarrollado posteriormente, introduce un aspecto crucial que debe tenerse en cuenta: la naturaleza rentista del creciente desarrollo urbano actual.

Palabras-clave: David Harvey, Rentismo global, Acumulación flexible

INTRODUÇÃO

Um termo cunhado (ou adaptado) por Harvey, acumulação flexível, foi consagrado com a publicação de *The condition of postmodernity* (HARVEY, 1989b). Será o nosso ponto de referência para a construção conceitual do pensamento de Harvey sobre o rentismo global. O que aqui é designado rentismo global não é um termo/conceito utilizado por Harvey, mas é o termo que, como será elaborado ao longo deste capítulo, sintetiza como Harvey explica as confluências e consequências dos novos caminhos trilhados pelos atores/agentes econômicos nas últimas décadas, ou seja, durante o período pós-fordista, que é genericamente denominado globalização. Para esta elaboração, serão utilizados neste texto conceitos elaborados por David Harvey em vários de seus livros e artigos, como também de outros intelectuais com quem tem dialogado nas últimas décadas.

Circula no Youtube (https://www.youtube.com/watch?v=M8b_A2JMFrc) uma aula ilustrada de Harvey sobre as crises do capitalismo e o endividamento global, que resume em muito o que o autor pensa sobre a atual conjuntura. Em conversa pessoal, ele me informou que a aula não era ilustrada; que a ilustração foi sobreposta à sua fala posteriormente, sem que ele próprio soubesse; para ele, foi uma boa surpresa. Em sua longa trajetória, Harvey oscila entre a análise das tendências do desenvolvimento econômico e político global e a análise dos efeitos dessas tendências sobre o urbano e o intraurbano. No último caso, é inevitável que tenha por base e se refira à primeira. Harvey insiste que o desenvolvimento do capitalismo se dá em função de sistemáticas crises que são aparentemente resolvidas movendo o capital no espaço. A maneira mais ágil de realizar tal manobra é movimentando investimentos; no contexto da globalização, é por meio do que se denomina inovação financeira, que permitiu que, desde a crise do Fordismo, capitais passassem a circular mais livremente mundo afora.

A combinação de vários conceitos de David Harvey, com uma base mais ampla em autores que com ele dialogaram, desde pelo menos os anos 1980, parece conduzir para uma compreensão sobre os caminhos do capital e de suas formas de extração de mais-valia na/da periferia do sistema econômico contemporâneo. Esta periferia é entendida da forma mais estendida, incluindo processos nos próprios países mais ricos, como bem exemplifica a crise imobiliária do subprime. A análise aqui proposta deixa claro que a base de tal sistema é o rentismo financeiro e, de particular interesse para os estudos urbanos, o rentismo imobiliário, que podem ou não estar associados, mas que crescentemente estão. A propriedade de bens tangíveis (dinheiro, imobiliário, equipamentos, plataformas) e intangíveis (marcas, conhecimento, informação) é a condição para a organização e controle de tais mais-valias. O rentismo global tem por base um novo regime de acumulação flexível pós-fordista que se assenta no crescente aprofundamento da neoliberalização dos mercados financeiros e imobiliários. A crise é o seu nexo; e a perpétua movimentação do capital no espaço é a sua principal estratégia de manutenção dos índices de crescimento econômico: a “má infinidade” (VALENÇA, 2020), como também será lembrado na seção final deste texto.

Antes, no entanto, a condição tida como pós-modernidade será analisada para ajudar na compreensão do que Harvey denominou acumulação flexível. Será também discutido o papel do desenvolvimento urbano neste contexto.

A PÓS-MODERNIDADE E O EMPREENDEDORISMO URBANO

Mesmo tendo sido introduzido alguns anos antes, mas sem ainda uma discussão que permitisse a sua compreensão, o termo acumulação flexível está presente – elaborado extensamente, porém ainda de forma inicial e provisória – na obra *The condition of postmodernity* (HARVEY, 1989b). O livro é o best-seller do autor, traduzido para mais de 30 línguas. A extensa obra de David Harvey, um dos autores mais citados no mundo no campo das humanidades e ciências sociais, dialoga com a literatura especializada e fatos de seu tempo. Não foi diferente com essa, que é publicada no contexto dos estudos de Fredric Jameson e outros sobre a virada cultural, e na continuidade dos estudos sobre a virada linguística. Em *Postmodernism, or, the cultural logic of late capitalism*, Jameson (1991) apresenta na forma de capítulos alguns dos textos que havia publicado na década de 1980 em journals, como *New Left Review* (NLR), e em outros veículos do pensamento marxista. O Capítulo 1, que foi publicado na

NLR em 1984, é o de maior interesse para a discussão aqui proposta e é o que deu nome ao subtítulo do livro.

Logo no início (do livro e do capítulo), Jameson (1991, p.2-3), ao analisar a emergência de manifestações e do pensamento sobre o pós-modernismo, escreve o seguinte:

“Os pós-modernismos têm, de fato, fascinado precisamente por sua paisagem ‘degradada’ do besteirol e do kitsch, das séries de TV e da cultura do Reader’s Digest, da propaganda e dos motéis, dos shows televisivos de entretenimento e do filme hollywoodiano de pouca qualidade, da chamada paraliteratura, com seus best-sellers de aeroporto com várias categorias, como o gótico e o romance, a biografia popular, o mistério de assassinato, e a ficção científica ou novela de fantasia: são materiais que eles não mais simplesmente ‘citam’, como um Joyce ou um Mahler teriam feito, mas que incorporam no interior de sua própria substância.”

Ressalta, pois, o fato de que nesta nova fase do capitalismo, ao invés da distinção estabelecida entre high culture e mass culture, passou a haver uma fusão, o que resultou num todo indistinto, ou no “[...] surgimento de um novo tipo de superficialidade” (JAMESON, 1991, p.9). Ao mesmo tempo, a produção estética assumiu uma função estrutural, passando a integrar a produção de mercadorias em geral, de forma inovadora e experimental, numa “[...] frenética urgência econômica de produzir novas ondas de bens e novidades” (p.4). A cultura passou a dominar as nossas “[...] vidas cotidianas [...]” (p.16). Ou seja, passou a haver “[...] uma prodigiosa expansão da cultura por todo o espectro social até o ponto em que tudo na nossa vida social ter se tornado ‘cultural’ em algum sentido original e ainda não teorizado” (p.48).

Em suma, pós-modernismo – que nos primeiros escritos de Jameson (1991, p.46) aparece também como estilo artístico – é “[...] o dominante cultural da lógica do capitalismo tardio”. Pós-modernidade passa depois a nomear tal lógica e pós-modernismo permanece para definir as novas expressões artísticas. Mesmo assim, Jameson reluta em reconhecer uma mudança paradigmática no capitalismo tardio e tem dificuldades em encontrar um termo que defina os novos tempos. Sociedade pós-industrial, de consumo, da mídia, informacional, eletrônica, high tech e outros são termos que julga serem insuficientes para definir a lógica do capitalismo tardio, que também chama de espaço ou capitalismo multinacional.

Fredric Jameson é um crítico literário, por isso chama a atenção o fato de ele colocar a arquitetura e o espaço construído como elementos centrais à sua análise sobre a cultura contemporânea: “é na esfera da arquitetura [...] que modificações na produção estética são mais dramaticamente visíveis” (1991, p.2). Não é mera coincidência que a nova arquitetura que ele denomina pós-moderna tenha florescido concomitantemente à expansão do capital multinacional. Para ele, a arquitetura passou a incorporar uma estética populista – que ele vê claramente reconhecida na publicação de Venturi, Scott Brown e Izanour (2003), *Aprendendo com Las Vegas*, cuja primeira edição é de 1977 –, e passa a destruir as rigorosas divisões espaciais e funcionais da arquitetura e do urbanismo modernos então predominantes. Há, assim, uma mutação no espaço construído. Na época, Jameson (1991, p.38-39) escreve:

“[...] aconteceu uma mutação no objeto ainda desacompanhada de uma equivalente mutação no sujeito. Nós ainda não possuímos o equipamento perceptivo que corresponda a este novo hiperespaço, [...], em parte porque nossos hábitos perceptivos foram formados naquele tipo de espaço mais velho que eu tenho chamado de espaço do alto modernismo”.

Ele utiliza o Westin Bonaventure Hotel (1977, arquiteto John Portman Jr.), em Los Angeles, para exemplificar este processo. O hotel é um grande espaço de quatro torres simétricas conjugadas, ou melhor, fundidas no centro. Porém, é difícil se orientar tanto para entrar quanto para circular no interior do hotel. Para realizar a circulação e compreensão espacial no interior do edifício, é necessário dispor de habilidades contemporâneas, inclusive com o domínio de suas tecnologias. O edifício tem três acessos pela rua, mas em nenhum há um pórtico ou marquise que identifique a entrada, como em outros hotéis. As entradas – situadas duas nas laterais e uma na traseira, se é que há frente, traseira e laterais no prédio – não levam diretamente ao lobby da recepção: uma é um acesso pelo 6º andar por onde se desce por um lance de escada para apanhar um elevador para descer para o lobby; outra é um acesso pelo 2º andar, de onde se apanha uma escada rolante para o andar do lobby. Ao mesmo tempo, o grande lobby permite a

leitura quase que completa do interior da parte inferior do edifício, de mais de 30 andares, com o lobby se elevando por seis pavimentos. Devido à simetria das torres, uma vez no interior do lobby, perde-se a noção de direção e sentido. Para acessar os apartamentos e andares superiores com shopping, bares e outros serviços, os elevadores panorâmicos ascendem no lobby num movimento vertical, perfurando a sua cobertura, depois vislumbrando a vista da cidade pelo exterior das torres. Escadas rolantes e elevadores são um show à parte, como um objeto escultórico, e substituem em parte a necessidade de circulação horizontal. A circulação interna é compartimentalizada por andar e setor, controlada eletronicamente. O que quase 50 anos depois pode parecer usual, na época, foi inovador e distinto. O hotel pretende ser um “espaço total”, um “mundo completo”, como uma “cidade em miniatura” (Jameson, 1991, p.40). Rejeita a cidade; é o seu substituto. A pele de vidro de seu exterior reflete e repele a cidade no seu entorno.

A relação do edifício com o contexto do entorno é também exemplar do acirramento das desigualdades sociais e da segregação espacial no Downtown de Los Angeles, sendo mais um edifício típico da arquitetura defensiva, também chamada hostil, e de controle social. Em *City of quartz*, publicado apenas um ano depois, Mike Davis (1990), já incorporando criticamente a leitura de Jameson, trata sobre a cidade de Los Angeles, na época a cidade que personificava a pós-modernidade. De particular interesse, o capítulo 4 discursa sobre a crescente fortificação de Los Angeles, com arquitetura e urbanismo hostis, barreiras de autosegregação, policiamento das ruas, resposta tática armada, sistemas de segurança com detecção de movimento e câmeras, e segurança privada nos edifícios, situação que ele define como “[...]uma tendência sem precedentes de mesclar desenho urbano, arquitetura e o aparato policial num único e completo esforço de segurança” (DAVIS, 1990, p.224). Um conjunto de novos edifícios, entre eles o Bonaventure, foi construído seguindo uma política de contenção (“containment”) em que há uma separação rigorosa entre os novos espaços corporativos e a situação de pobreza do entorno próximo. Davis também destaca o papel do arquiteto Frank Gehry na produção de edifícios públicos “fortificados”. O projeto de renovação e revitalização do Downtown de Los Angeles, também lar do distrito financeiro da cidade, foi subsidiado com recursos públicos consideráveis e é considerado um dos maiores de sua época nos EUA.

Publicado em 1989, mesmo ano do já citado livro de Harvey, *Postmodern geographies* é a obra mais marcante de Ed Soja, que o consagrou como um dos mais importantes geógrafos marxistas de seu tempo. Utiliza de seu entendimento sobre o que denomina de materialismo geográfico-histórico para tratar de como se configura a nova geografia econômica no contexto da pós-modernidade, num diálogo profícuo com Harvey e Jameson. Soja também utiliza o contexto de Los Angeles para discutir a produção do espaço na cidade contemporânea. Argumenta que Los Angeles é como o “Aleph”, onde tudo se encontra e pode ser visto num mesmo lugar, muito embora não haja palavras que possam descrevê-la. A cidade se expandiu a partir de um ponto central num raio de aproximadamente 100 km. No centro – Downtown – foi construído um novo distrito central de negócios (Financial District), formando um panorama de torres corporativas. A cidade é mais diversa do que aparenta, mais diversa do que transparece da indústria do cinema e do entretenimento. É uma cidade mundial com indústrias avançadas de high tech, militar, finanças, entre outras. Ele também se refere ao edifício do Bonaventure, afirmando que esse “[...] se tornou uma representação concentrada da espacialidade reestruturada da cidade do capitalismo tardio” (SOJA, 1989, p.243). O edifício, desta forma, aparentemente inocente, tende a compartimentalizar, circunscrever e encarcerar.

Num vídeo para a BBC, no início dos anos 1990s, que depois viralizou no Youtube (<https://www.youtube.com/watch?v=hhyQ0HES8mM>), Ed Soja explica melhor por que o Westin Bonaventure Hotel se tornou um ícone da cidade pós-moderna, embora a sua arquitetura não se utilizasse das referências historicistas dos edifícios de Michael Graves, Robert Venturi e até mesmo Frank Gehry, caracterizados então como pós-modernos. Um novo Downtown foi construído/renovado onde antes não havia grandes estruturas ou edifícios verticalizados. Estranhamente, o edifício do hotel bem poderia ser uma prisão – como o Metropolitan Detention Center, prisão verticalizada com aparência de edifício comercial/hotel – ou ter outra função qualquer, já que o fora e o dentro não mais necessariamente correspondem um ao outro. Como já explicitado, no exterior, é difícil encontrar as entradas do hotel ao mesmo tempo em que sua fachada reflete mil fragmentos da cidade, como um quebra-cabeças incompleto. No interior, os transeuntes sentem-se deslocados da realidade, perdidos na fluidez de uma espacialidade cuja lógica é incompreensível e desorientadora. Da mesma forma, a cidade

carcerária, como Soja se refere a Los Angeles, é formada por estruturas autorreferentes, que negam o entorno problemático onde se localizam.

Diferentemente de Davis, Jameson, Soja e outros autores da época, Harvey (1989b) prefere discutir a arquitetura e o urbanismo emergentes, no contexto de projetos de renovação urbana, na orla de Baltimore, cidade onde residia na época, e, como exemplo marcante de arquitetura pós-moderna, o projeto da Piazza d'Italia, de Charles Moore, em New Orleans. Certamente, porém, conhecia a construção paradigmática do Westin Bonaventure Hotel, que é o exemplo mais recorrente encontrado nas discussões da época, como no livro de Jameson e nas outras publicações relevantes, já relatadas. Harvey (1989b) tem consciência de toda esta discussão e, antes de delinear as transformações econômicas emergentes no período então chamado de pós-fordismo e que deu origem à sua compreensão do que viria a ser a acumulação flexível, dedica a parte inicial de seu livro à compreensão das transformações em curso que diziam respeito ao modernismo e ao pós-modernismo, que implicavam em alterações significativas na paisagem das cidades americanas. Contraditoriamente, as cidades, diante de grave crise fiscal, se transformavam e se reinventavam ao promoverem mirabolantes projetos de renovação urbana.

Em 1989, Harvey (1989a) publica um de seus artigos mais emblemáticos sobre este processo. Por volta de meados dos anos 1960, em grandes cidades americanas e consistentemente, depois, nas demais cidades ao redor do mundo, e em meio à acentuada crise fiscal do Estado, surgiu um novo padrão de desenvolvimento e governança local. Para Harvey, de uma espécie de “gerencialismo” que dominou o período anterior, que tinha por base o financiamento público, os repasses dos governos centrais e a provisão de serviços básicos, o desenvolvimento urbano passou a ter por base o “empreendedorismo”, compreendido de forma ampla, ou seja, tanto por parte dos poderes públicos quanto dos vários agentes privados. Esta mudança é determinante de um novo momento da economia neoliberal que privilegia o mercado sobre os bens e serviços públicos. Tal mudança – realizada segundo vários modelos, em muito convergentes – estabeleceu um ambiente muito competitivo entre as cidades. Com a crise, a ideia era buscar, junto aos agentes privados (ou ao mercado, ou seja, não mais unicamente junto a atores e agentes locais), os aportes necessários para novos investimentos. Isso basicamente se deu através das “parcerias público-privadas” e da criação de empresas semipúblicas, em que, em muitos casos, o setor público assumia o “risco” e o privado os “benefícios”. Para garantir a lucratividade dos empreendimentos, a gestão urbana passou a promover grandes projetos urbanos de embelezamento e regeneração urbana, adaptando certas áreas da cidade para os novos negócios e para o turismo. Assim, o empreendedorismo teve e tem por base a competição internacional e interurbana, o crescimento do consumo em geral e de novos produtos, o controle de funções de comando, como setores dos governos, finanças, tecnologia da informação etc., e a competição mais acirrada por recursos públicos junto aos governos centrais.

A redução de barreiras geográficas que resultou deste processo facilitou o desenvolvimento do que Harvey (1989a) denomina acumulação flexível. Mas este processo é um processo competitivo, sem fim em termos globais, mas com fim em termos locais. Ele pergunta: “Quantos centros de convenções, estádios desportivos, projetos de margens de rios e áreas portuárias, Disney-worlds, shopping centers espetaculares podem existir?” (p.12) Em suma, Harvey argumenta que as aparências enganam; uma certa imagem de prosperidade e sucesso mascara um mundo de desigualdade que permanece ou cresce nas cidades. Tal virada empreendedora significa que “O triunfo da imagem sobre a substância é completo” (p.14). E é importante compreender este processo.

Mas não é difícil entender. Harvey (1989b) desenvolve o tema em seu clássico livro já referido, mas deixa uma pista já em seu artigo, considerado acima, sobre o empreendedorismo urbano. Ele escreve:

“[...] nós podemos identificar uma conexão vital, embora subterrânea, entre o surgimento de um empreendedorismo urbano e o gosto pós-moderno por design de fragmentos urbanos ao invés de um planejamento urbano compreensivo, entre efemeridade e ecletismo de moda e estilo, ao invés da busca por valores duráveis, entre citação e ficção ao invés de invenção e função e, finalmente, entre meio e imagem, ao invés de mensagem e substância.” (HARVEY, 1989a, p.13)

Para Harvey (1989b), o que define o pós-modernismo é um certo embate entre o planejamento racional, o progresso linear, as verdades absolutas e a ideia de uma ordem social ideal, que dominou o

período do modernismo, e a enciclopédia de fragmentos sem hierarquia e sem homogeneidade que o seguiu. Heterogeneidade, diferença, fragmentação, ecleticismo, indeterminação, desconfiança em discursos universais e totalizantes, ou seja, a rejeição de metanarrativas, definem o novo momento. Como no modernismo, o novo momento se define como uma reação ou adaptação a novas condições de produção, circulação e consumo de mercadorias. A mudança é paradigmática de um novo momento de especulação, obsolescência, destruição e demolição e mudanças urbanas sem controle. Em suma, “[...] nós vemos o pós-modernismo emergir como um movimento completo, embora incoerente, da crisálida dos movimentos antimodernos dos anos 1960.” (p.38).

Toda a paisagem de arquitetura modernista, composta de torres de vidro, concreto e/ou aço, que não admitiam ornamentos, deram lugar a edifícios ornamentados, a renovação de fábricas e galpões abandonados, a praças que imitavam cenários de outros tempos etc. Por todo lado, espalharam-se as Little Italy’s, Havanna’s, Tokyo’s, Korea’s... Emerge fortemente a indústria cultural e de patrimônio histórico com centenas de novos museus, espaços e invenções. Novas tecnologias passaram a permitir que a produção em massa de moradias, por exemplo, pudesse ser customizada e personalizada, inclusive com variações estilísticas. Cultura e gosto passaram a ser sinônimo de distinção, num mundo cada vez mais desigual. Mas é importante notar que, como afirma Harvey (1989b, p.82), [...] gosto está longe de ser uma categoria estática. O capital simbólico permanece como tal apenas na medida em que os caprichos da moda o sustentam”. Um ambiente eclético passou a refletir o cotidiano e o gosto das pessoas de forma que o consumo de produtos e serviços de outros mundos puderam se realizar localmente. Há por todos os lados restaurantes shushi, McDonald’s, perfumes franceses, roupas retors, música reggae ou qualquer outra, pubs irlandeses, entre outros.

Na arquitetura e no urbanismo, o choque foi realizado pelos projetos pós-modernistas para, depois, ter início o desconstrutivismo, avant-garde da prática arquitetônica atual, em que os edifícios e espaços seguem “textos” distintos (considerando que a arquitetura é uma linguagem), com partes distintas, nem sempre alinhadas e sem necessariamente um senso de unidade.

Já é possível notar a conexão entre o pós-modernismo (ou pós-modernidade, como já referido) e o empreendedorismo urbano e tudo faz crer que esta conexão é também um sinal ou um dos fenômenos associados à acumulação flexível. Então, a seguir, será visto como Harvey (1989b) elabora este tema.

DA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL À ACUMULAÇÃO POR DESPOSSESSÃO – A LÓGICA RENTISTA

É necessário dar um passo atrás para considerar e compreender a seguinte afirmação de Harvey (1989b, p.124), feita há quase quatro décadas:

“Há sempre o perigo de confundir o transitório e efêmero com transformações mais fundamentais da economia política. Mas os contrastes entre as práticas da economia política do presente e aquelas do período de boom do pós-guerra são suficientemente fortes para sustentar a hipótese de uma mudança do Fordismo para o que pode ser chamado um regime de acumulação ‘flexível’, uma maneira convincente para caracterizar a história recente.”

Harvey, como vários outros intelectuais de várias disciplinas afins da época, buscava compreender o novo momento que se impunha. É importante notar que Harvey se utiliza do conceito de regime de acumulação e a interpretação oferecida pelos autores da teoria francesa da regulação sobre o desenvolvimento do pós-guerra, ou seja, o conceito de Fordismo. São vários os autores franceses (e outros) que discutem esta teoria, mas foi muito influente no Brasil e outras partes do mundo os escritos de Alain Lipietz, em particular o livro *Miragens e milagres* (LIPIETZ, 1987). Nele, Lipietz repete suas explicações conceituais sobre regime de acumulação, modo de regulação, crise e fordismo para, em seguida, formular o conceito de Fordismo periférico. Grosso modo, tal regime de acumulação se referia a uma suposta adaptação do Fordismo central a condições existentes na periferia do capitalismo em que muitas regulações existentes nos países centrais – que garantiam a sistemática equalização entre oferta e demanda – não foram replicadas nos países periféricos. Seria uma espécie de Fordismo parcial ou incompleto, em que a produção e o consumo se baseavam no poder de compra de uma classe média

alargada que convivia, paralelamente, com classes de poder aquisitivo mais baixo e em condições de pobreza e subemprego. É, pois, importante saber que, no geral, Harvey aceita a interpretação que a teoria da regulação oferece sobre o desenvolvimento dos países ricos do pós-guerra, mas não acata o embrionário e nunca plenamente desenvolvido conceito de pós-fordismo que Alain Lipietz elaborou depois, deixando ainda em aberto a consideração de várias possibilidades para o futuro. O termo regime de acumulação flexível, elaborado de forma ainda um tanto incipiente, certamente deu origem ao conceito harveyano de acumulação flexível, que será discutido em mais detalhes a seguir.

Harvey utiliza amplo arsenal literário para construir a sua argumentação, mas os autores já destacados são algumas de suas referências mais relevantes e de interesse para este texto. Em *The condition of postmodernity*, a partir do capítulo 9, *From Fordism to flexible accumulation*, após de, nos capítulos precedentes, como já visto, ter discutido a fundo a emergente pós-modernização da sociedade, Harvey (1989b) apresenta resumidamente o diagnóstico, já plenamente conhecido na teoria da regulação, sobre a crise do Fordismo:

“Foi aproximadamente por esta época [1966-67] que políticas de substituição de importação em muitos países do Terceiro Mundo (particularmente na América Latina), associadas ao primeiro grande movimento de multinacionais na instalação de suas manufaturas no exterior (particularmente no sudeste da Ásia) trouxeram uma onda de industrialização fordista competitiva para ambientes completamente novos, onde o contrato social com o mundo do trabalho era pobre ou não existente. A competição internacional, a partir daí, intensificou-se enquanto a Europa ocidental e o Japão, juntos com muitos novos países em desenvolvimento, desafiaram a hegemonia dos Estados Unidos até o limite em que o acordo de Bretton Woods sucumbiu e o dólar foi desvalorizado. Taxas de câmbio flutuantes e frequentemente muito voláteis substituíram as taxas de câmbio fixas do boom do pós-guerra.” (HARVEY, 1989b, p.141).

E ainda:

“A rigidez das obrigações do Estado também se tornou mais séria já que programas sociais (seguro social, direitos à pensão etc.) cresceram sob a necessidade de manter a legitimidade num momento quando a rigidez na produção restringiu qualquer expansão na base fiscal para aumento dos gastos públicos. A única ferramenta para uma resposta flexível foi o uso da política monetária, a capacidade de imprimir moeda na medida da necessidade para manter a economia estável”. (p.142)

Ao elevado custo de força de trabalho associado ao acrescido poder das massas de trabalhadores e de seus sindicatos e à regulação construída no pós-guerra que garantia, entre outros, os dissídios coletivos e a permanente revisão de salários de acordo com a inflação e o presumido aumento de produtividade, some-se o envelhecimento das linhas de produção da indústria fordista e o custo elevado para a sua modernização/substituição. Com a pressão inflacionária que crescia com a nova política monetária e de desvalorização de moedas, a solução mais viável foi transferir a produção para países onde o custo da força de trabalho e dos insumos fosse mais baixo e a regulação estatal, inclusive a ambiental, fosse menos rigorosa, também implicando em menor custo.

Então, o termo acumulação flexível tem a ver com regime de acumulação flexível, que define o contexto pós-Bretton Woods da quebra da paridade do dólar e instituição do câmbio flutuante; a crescente internacionalização da produção e do consumo; a revolução informática que, além do impacto na produção, trouxe maior eficiência dos transportes e comunicação; a modernização e integração dos mercados financeiros no mundo; o ataque visceral às instituições trabalhistas, reduzindo consideravelmente o seu campo de influência; a facilitação e intensificação do comércio exterior; e, como já tratado, a pós-modernização de todos os campos da vida social e do trabalho, inclusive na proposição de novos produtos com novos designs.

O momento de severa crise do Fordismo como regime de acumulação, iniciado no final dos anos 1960s, que também incluiu e foi acentuado pelas altas nos preços do petróleo ao longo dos anos 1970s, estabeleceu as condições para o que veio depois: um tsunami de neoliberalização em reação à forte presença do Estado na economia, protagonizado e intensificado mais tarde pelos governos de Thatcher e de Reagan. A fixidez – ou como diria o próprio Harvey, a “rigidez” – de regras e arranjos do pós-guerra, em particular nos países mais ricos, foi desmontada e flexibilizada para favorecer os investimentos e as

trocas internacionais. Tal rigidez do Estado Keynesiano freava a inovação em campos de interesse para o capital, como o investimento em capital fixo. Mais do que isso, não permitia a redução de custos com força de trabalho devido às regras já estabelecidas no mercado de trabalho; e não permitia a manutenção dos altos custos do Estado de Bem-Estar Social e dos investimentos públicos. Uma crise generalizada impôs uma grave crise fiscal do Estado. Por algum tempo, ou pelo menos até meados da década de 1970, a solução para o problema foi de natureza monetária, com o acréscimo da base com emissão de moeda e títulos públicos, resultando no endividamento público. O resultado foi uma forte pressão inflacionária. Para Harvey, quando Thatcher e Reagan iniciaram suas políticas monetárias restritivas bem no início dos anos 1980s, tais medidas, não obstante o impacto inusitado que tiveram, constituíram a “continuidade” das reformas já iniciadas na Grã-Bretanha e EUA nos anos anteriores. Estes países lideraram a construção do que passou a ser chamado de “neoliberalização” da economia.

Mas ao longo de todo esse processo, a crise, a expansão monetária e, depois, as restrições monetárias impostas reduziram as oportunidades de investimentos nos países centrais, permitindo que os eurodólares e os petrodólares acumulados pudessem ser utilizados por países e empresas do terceiro mundo. Multiplicaram-se as “multinacionais”, movendo seus negócios para o exterior, em particular para países com forte crescimento industrial devido a investimentos durante os anos do “milagre econômico”, ou seja, devido à política de substituição de importações. A crise do endividamento externo de muitos países, como o Brasil, nos anos 1980, tem por base o acúmulo de dívidas contraídas durante este período (que, no Brasil e em outros países, foi chamado de “milagre econômico” devido às altas taxas de crescimento da economia). Os anos 1970 e 1980, por tudo isso, foram anos de crise e reestruturação econômica (e da vida social) nos países centrais. Como afirma Harvey, iniciou-se aí uma nova rodada de “compressão do tempo-espaço”. O que veio na sequência pode ser resumido como segue:

“Acumulação flexível, como eu irei provisoriamente chamá-la, é marcada por uma confrontação direta com a rigidez do fordismo. Baseia-se na flexibilidade em respeito aos processos de trabalho, mercados de trabalho, produtos e padrões de consumo. É caracterizada pela emergência de setores de produção completamente novos, novas maneiras de provisão de serviços financeiros, novos mercados e, acima de tudo, pela destacada intensificação da inovação comercial, tecnológica e organizacional.” (HARVEY, 1989b, p.147).

Tais flexibilizações resultaram também num tipo de desemprego que se tornou “estrutural” e na destruição de parte significativa do poder dos sindicatos de trabalhadores, que era a base do regime Fordista. Subcontratação, trabalho temporário, trabalho parcial, trabalho offshore e os movimentos em direção ao “Fordismo Periférico”, em países com menor custo de trabalho, como explicitado em Lipietz (1987), tornaram-se práticas comuns. Na contramão deste processo, cresceram os mercados então considerados de nichos (videogames, computadores, telefones, moda etc.) com produtos inovadores. A desregulação, reorganização e coordenação do sistema financeiro global, possibilitadas também pelo desenvolvimento tecnológico nos campos da computação, eletrônica e telecomunicações, permitiram que todo esse complexo movimento de capitais internacionais fosse possível. Conservadorismo fiscal e não intervenção na economia (permitindo o movimento livre dos capitais) estimularam o que Harvey denomina de “individualismo competitivo”.

O conceito complementar de acumulação por espoliação é elaborado na obra *The new imperialism*, em que Harvey (2003) discute o acesso a um produto global e fundamental ao desenvolvimento contemporâneo – a reserva de petróleo no Oriente Médio. O conceito é importante para compreender a natureza do novo momento da economia política contemporânea que tem por base o rentismo em diversos setores da economia. Em particular, explica a natureza especulativa da acumulação flexível e de sua dinâmica imobiliária. A ideia de rentismo está na própria concepção do termo acumulação por alienação, que tem por base a apropriação de rendas advindas das reservas de petróleo. David Harvey, ele próprio, expandiu os significados do conceito em suas análises posteriores, que passou a significar todas as formas de apropriação rentista, típicas do capitalismo contemporâneo. Acumulação por alienação é uma atualização do conceito de acumulação primitiva de Marx e está fortemente associada aos processos inerentes à acumulação flexível.

Fundamentalmente, no entanto, interessa a articulação, desenvolvida do final dos anos 1960 em diante, entre o capital financeiro e o imobiliário. Sendo o desenvolvimento capitalista, antes de tudo, um

desenvolvimento geográfico, o capital, em sua busca frenética por novas oportunidades de lucro, tem de mover-se nos territórios. A produção do espaço, não obstante, tem uma lógica própria, que será discutida na sequência.

O RENTISMO GLOBAL: A ESPECIFICIDADE DO IMOBILIÁRIO E DO ESPAÇO CONSTRUÍDO

Para que investimentos sejam movidos no espaço, além da globalização financeira (e para que essa aconteça), é necessária a instalação de infraestruturas próprias, como bem define Manuel Castells em sua Teoria dos espaços de fluxos, apresentada no livro *A sociedade em rede* (CASTELLS, 2009), originalmente publicado em 1996. O autor trata das formas (i)materiais como os capitais globais se organizam e circulam na sociedade em rede e nas cidades informacionais. Sua teoria preconiza que a organização espacial da economia global tem um suporte material que requer três níveis ou bases (layers): a geração dos próprios fluxos ou o circuito de impulsos eletrônicos (financeiros, informacionais, tecnológicos, organizacionais, de imagens, de sons, de símbolos etc.); os nós (as bases de recepção nos destinos, as infraestruturas, as sedes das corporações, os centros de comunicação etc.); e as condições locais materiais de reprodução das classes gerenciais que controlam os fluxos (aeroportos, boas escolas, clubes, restaurantes, clínicas, hospitais, academias, shoppings, segurança etc.). Uma vez implementadas as três bases, é possível então a conexão – em geral por meio de plataformas diversas – de serviços avançados, dos centros produtores e dos mercados em geral numa rede global.

Como ele bem escreve, “[...] as elites formam sua sociedade e constituem comunidades simbolicamente segregadas, protegidas atrás da própria barreira material dos preços dos imóveis” (p.505).

“Paradoxalmente, a tentativa da arquitetura pós-moderna de quebrar os modelos e padrões de disciplina arquitetônica resultou numa monumentalidade pós-moderna imposta que se tornou regra generalizada das novas sedes corporativas de Nova York a Kaoshiung, durante os anos 80. Portanto, o espaço de fluxos inclui a conexão simbólica da arquitetura homogênea nos lugares que constituem os nós de cada rede pelo mundo. Desse modo, a arquitetura escapa da história e cultura de cada sociedade e torna-se refém do novo e admirável mundo imaginário das possibilidades ilimitadas que embasam a lógica transmitida pela multimídia: a cultura do surfing eletrônico, como se pudéssemos reinventar todas as formas em qualquer lugar, apenas sob a condição de mergulhar na indefinição cultural dos fluxos do poder. O encerramento da arquitetura em uma abstração histórica é a fronteira formal do espaço de fluxos” (CASTELLS, 2009, p.507).

A arquitetura é, assim, mais uma unidade de rentismo neste processo, ela própria gerando mais rendas para os interesses do capital envolvidos na produção do espaço.

Mover investimentos no espaço é, assim, uma operação complexa, mas necessária à sobrevivência do capital. É complexa porque demanda investimentos expressivos e conhecimento das condições sociais, políticas e econômicas locais para possibilitar uma adaptação lucrativa. No geral, devido aos montantes investidos, tais transferências de um lugar para outro requerem a utilização de mecanismos financeiros confiáveis, daí o crescimento deste mercado no mundo todo, nas últimas décadas. O investimento no imobiliário, que é a base de toda esta operação, é um investimento fixo que requer longo intervalo de tempo para ser concretizado.

Num texto nem sempre fácil de compreender, o artigo *The brick and the balloon*, de 1997, publicado posteriormente em sua coletânea *The cultural turn*, Jameson (1998) discute a relação entre economia, cultura e arquitetura para melhor entender a relação próxima entre finança e imobiliário. O título é uma paródia de Charles Jencks ao definir as mudanças paradigmáticas no campo da arquitetura e do urbanismo então correntes, sugerindo que, embora tenha havido uma mudança de escala no conjunto das edificações – em particular nas corporativas e públicas –, tais edificações ganharam um contorno diferenciado, tornando-as mais leves. A diferença é entre um “tijolo” e um “balão”. Ele parte da seguinte compreensão:

“A mudança de investimentos na produção para a especulação no mercado de ações, a globalização das

finanças e [...] o novo nível de um engajamento frenético com o mercado imobiliário: essas são realidades com consequências fundamentais para a vida social de hoje” (JAMESON, 1998, p.170).

Ao analisar o caso da cidade de Nova York – já tendo analisado Los Angeles em seus outros escritos –, ele verifica que houve uma aceleração da “liberação” de terrenos que antes eram ocupados por pequenos negócios e manufaturas, com acentuada apreciação do preço da terra: especulação imobiliária. Ele explica, utilizando *The limits to capital*, livro publicado por Harvey (1999) em 1982, que a renda da terra e o valor na terra (caso em que benfeitorias são adicionadas) são essenciais para a dinâmica do capital, mas que, a depender de o quanto o capitalista tem de despendar pela utilização da terra, isso pode ser um obstáculo à acumulação. Ele escreve:

“[...] o momento da renda da terra e aquele momento do capital financeiro que é organizado em função deste são elementos estruturais permanentes do sistema, às vezes tendo papel secundário e afundando em sua insignificância, às vezes, como em nosso próprio período, se evidenciando como se fosse o locus principal de acumulação capitalista” (JAMESON, 1998, p.184).

Marx denomina a renda da terra de “capital fictício” porque ele aparenta surgir do nada; não é produto do trabalho. Mas a terra adquire um preço por haver uma expectativa de valor no futuro. É uma aposta necessária de lucro futuro (trabalho futuro) a ser obtido com a utilização da terra. Tal expectativa de lucro futuro não tem como se materializar sem a presença do sistema de crédito e dos mercados de ações, ou seja, do capital financeiro. Diante da forte associação entre as finanças e o imobiliário, no período atual, tem havido uma forma distinta de especulação imobiliária que corresponde a formas distintas de arquiteturas (que ele chama ainda de) pós-modernas (mas que hoje também são chamadas contemporâneas). O capital financeiro e a globalização financeira são características do capitalismo tardio. Mais do que isso: “No que se refere ao espacial, parece existir alguma coisa como um equivalente ao capital financeiro, de fato um fenômeno intimamente relacionado com ele, e esse é a especulação imobiliária.” (JAMESON, 1998, p.163).

Tudo roda em volta do imobiliário, só que em novos cenários e formas, exigindo, como diria Jameson (1998), novas mediações interpretativas. No contexto da globalização, como até aqui exposto, o imobiliário tem tido, como afirma Harvey, papel preponderante. Mas em *The urban experience*, no capítulo 2 (*The urban process under capitalism: a framework for analysis*), Harvey (1989c) explica, utilizando como base o clássico esquema de Marx, o papel dos circuitos do capital para o desenvolvimento econômico. Desenvolve uma espécie de teoria da crise. Ele explica como, em momentos de crise, o capital se movimenta entre ‘circuitos’ de produção: ou seja, do circuito primário para o circuito secundário e deste para o circuito terciário. O circuito primário é aquele que se refere à produção geral de mercadorias; o secundário corresponde ao imobiliário; e o terciário à educação, cultura etc. No novo momento do capital, os investimentos no circuito secundário são prevalentes e no terciário cresceram consideravelmente. O imobiliário, além de constituir-se numa condição sine qua non para o desenvolvimento de qualquer atividade do capital, é ele próprio fonte crescente de renda para proprietários e especuladores.

Em suma, de um setor auxiliar à economia industrial fordista, o imobiliário passa a desempenhar papel fundamental na economia pós-industrial (se é que a podemos denominar assim), ou pós-fordista, ou a economia da acumulação flexível, em que o capital financeiro, agora combinado com seu complexo imobiliário, exerce papel preponderante. O complexo financeiro-imobiliário ganha destaque. Isso porque, além de crescer relativamente aos demais, e com crescente lucratividade, o imobiliário passa a exercer papel de reserva de valor. Isso já existia antes, mas agora é uma reserva de valor que é utilizada como lastro em transações financeiras, incluindo as tradicionais hipotecas, e lastro em relação a si próprio. Neste último caso, o imobiliário é também de propriedade aberta: acontece a sua “assetização”. Assim, uma particularidade dos novos tempos é o próprio empreendimento imobiliário ser, ele próprio, um ativo financeiro, e, em muitas situações, a exploração comercial de seu uso – a indústria do aluguel – também é assetizada.

Mas para explicar os problemas de distribuição de renda que daí resultam, voltemos à ideia, relativamente pouco discutida na atualidade, de *competitive bidding*, que Harvey (1993) menciona em seu livro de 1973, *Social justice and the city*, ainda em suas formulações liberais. Explica, com base em

princípios marginalistas de Von Thünen, por que os ricos têm, em geral, mais chances de escolha e acesso no mercado imobiliário. Este processo é neste ensaio chamado de teoria do teatrinho. A teoria explica a dinâmica imobiliária em grande ou em alguma medida. Como nem todas as condições existentes são fixas ou dadas, como queriam os economistas liberais, há exceções até na proximidade imediata. Talvez, a teoria explique melhor caso a caso, ou seja, a situação de cada imóvel – terreno ou edifício – separadamente. A vizinhança imediata ou mesmo a mais distante pode sofrer dinâmicas diferentes, já que cada localização é única.

A teoria do teatrinho explica com simplicidade como se comporta o mercado imobiliário. Imaginem um teatro e vejamos algumas situações específicas que garantem ou não o acesso ao teatro. Primeiramente, deve haver a necessidade ou desejo de ir ao teatro. Se partirmos deste pressuposto, considerando que há um determinado número de assentos no teatro, o número igual de frequentadores que chegar primeiro terá direito a entrar e usufruir do teatro, com os primeiros, sucessivamente, escolhendo os seus lugares. Se houver cobrança de ingressos, esta lógica muda consideravelmente. Só aqueles que desejarem ir ao teatro, tiverem condições econômicas e estiverem dispostos a pagar por seu ingresso poderão entrar no teatro. Não havendo assentos numerados e marcados, poderão escolher a localização por ordem de chegada. Se houver diferentes preços por localizações específicas no teatro, por exemplo, se os assentos nas filas próximas ao palco são mais caros, então, além disso, só aqueles que dispuserem de maior renda e ainda a disposição de pagar mais caro poderão ocupar as fileiras da frente. Se, no entanto, esses últimos preferirem comprar um assento mais barato poderão deixar de fora alguém disposto e com recursos para pagar por ele, mas não pelos assentos mais caros das filas da frente. Isso poderá causar uma estranha situação em que todos os lugares mais baratos de trás – considerando que há número suficiente de pagantes – serão ocupados, enquanto alguns assentos da frente permanecerão disponíveis. E se não houver número suficiente de pagantes nem mesmo para os assentos de trás, poderá haver assentos vazios nesta localização também, mesmo havendo pessoas com o desejo de frequentar o teatro, mas sem os recursos necessários para tal.

Acontece que as condições materiais e locacionais que são determinantes para a dinâmica imobiliária – infraestrutura, estrutura da propriedade da terra, proximidade a serviços e a outros atrativos etc. – mudam o tempo todo. A gentrificação, por exemplo, é uma dessas situações em que populações de renda mais alta – crescentemente impulsionadas por agentes imobiliários e seus empreendimentos – modificam a dinâmica do mercado imobiliário em seu favor, passando a ocupar (ou reocupar) áreas e a “expulsar” as populações de renda mais baixa do local (SMITH, 2007).

A dinâmica imobiliária, o seu potencial especulativo e a sua atração para o capital financeiro podem ser melhor compreendidos utilizando a extensa discussão sobre a renda da terra, em *The limits to capital* e em *The urban experience*, neste último caso, no capítulo 3, *Land rent under capitalism* (HARVEY, 1999; 1989c). Não cabe aqui alongar demasiadamente esta discussão, já por todos conhecida – em particular os conceitos de renda absoluta, renda de monopólio e rendas diferenciais 1 e 2 –, mas é importante lembrar de alguns de seus aspectos para compreendermos como o imobiliário se associa ao financeiro, quase que naturalmente na dinâmica do capital.

Harvey (1989c) afirma que Marx teve muita dificuldade em explicar os pagamentos realizados a proprietários de terra a partir de sua Teoria do Valor, cuja medida é o tempo de trabalho humano. Era difícil inserir o proprietário de terra nesta formulação se ele não produz nem trabalha, só recebe um pagamento pela sua propriedade. Por isso, a teoria de Marx tinha por base a presença de duas classes sociais principais, mas, às vezes, ele, sem maiores explicações, incluía os proprietários de terra como uma terceira classe. No capitalismo, todos precisam de acesso à terra para sobreviver e realizar as suas atividades de trabalho: produtores rurais, industrialistas, construtores, migrantes etc., todos têm de pagar pelo acesso à terra. No entanto, e mesmo por isso, “A chave para a interpretação do papel da propriedade da terra sob o capitalismo assenta-se na pressão que exerce sobre o capitalista” (HARVEY, 1989c, p.93). Ou seja, o capitalista tem de pagar um preço pelo acesso à terra. Mas há muitas outras implicações. Por exemplo, por conta da propriedade privada da terra, a renda da terra – ou os pagamentos recebidos pelos proprietários pela cessão do uso de suas terras – é também uma espécie de controle social sobre a produção e a organização do espaço sob o capitalismo. É determinante no processo de produção do espaço.

O que, no entanto, é aqui mais pertinente é que, para Marx, a “terra” deve ser tratada como um ativo financeiro, ou seja, um “capital fictício”. Sua natureza especulativa garante que os direitos de

propriedade sobre a terra, como os ativos financeiros, podem ser vendidos em troca de expectativas de ganhos futuros. O capitalismo não tem como funcionar sem o capital fictício. Ele organiza e possibilita o movimento de capitais no tempo e no espaço e entre setores da economia. Só por meio do sistema de crédito, por exemplo, “[...] pode o capital ser transferido rapidamente de setores e regiões não lucrativas para outras lucrativas, podem novas linhas de atividades ser abertas, pode a centralização de capitais ser realizada etc. O sistema de crédito [...] se torna o sistema nervoso central para a coordenação da acumulação.” (HARVEY, 1989c, p.95-96).

Há, no entanto, uma relação próxima entre renda da terra e juros. Harvey (1989c, p.96) explica da seguinte forma:

“O dinheiro disposto pelo comprador de terra é equivalente a um investimento que rende juros; ambos são uma reivindicação sobre os frutos futuros do trabalho. A titulação da terra se torna uma forma de capital fictício, em princípio nada diferente de estoques e ações, papéis do governo etc. (embora a terra tenha certas qualidades, como segurança, iliquidez etc.). Terra, para resumir, pode ser tida como um ativo financeiro puro.”

Em suma, ninguém investiria em terra ou no imobiliário se a expectativa de renda a ser obtida no futuro não fosse igual ou maior do que o que obteria em outros investimentos financeiros. Em ambos os casos, são apostas no futuro; em ambos os casos, são investimentos especulativos. O investimento no imobiliário, mais que isso, garante um certo poder de organização do território e coordenação dos fluxos de capitais para o território. Assim, terra é disponibilizada para a circulação do capital. Mas tudo é muito complicado porque dificilmente é possível distinguir entre a renda que é paga pela terra e o juro sobre o capital investido na terra. O capital fictício, incluindo a renda da terra, é assim uma condição para a acumulação do capital.

Isso posto, o que move o capitalismo e a acumulação de capital é o crescimento econômico sem trégua, que tem por base a exploração contínua do trabalho e a dinâmica tecnológica e organizacional sempre renovada.

“E ainda, Marx insiste, há um único princípio que sustenta e enquadra toda esta desordem revolucionária, fragmentação e insegurança perpétua. Tal princípio reside no que ele chama, mais abstratamente, ‘valor em movimento’, ou, mais simplesmente, a circulação de capital incansável e perpetuamente em busca de novas maneiras de acumular lucros.” (HARVEY, 1989b, p.107).

Como cresce o tempo todo, o capitalismo se depara com crises constantes, algumas setoriais e/ou temporais e/ou localizadas geograficamente, outras estruturais. Essas são crises de sobreacumulação. As soluções são diversas para ambos os casos, como o deslocamento temporal, caso em que capitais realizam investimentos alternativos durante um período de recessão ou se abstêm de realizar qualquer investimento; como a aceleração da velocidade de realização do capital, o que requer acrescido investimento tecnológico e organizacional; e como o deslocamento espacial, prática mais comum e definitiva que exige nova expansão geográfica e a produção de novos espaços para a produção e o consumo. O mais comum é que soluções temporais e espaciais sejam combinadas em novos investimentos, na criação do que Harvey denomina de “fixo espacial”. No entanto, a crise – ou a sobreacumulação – também é uma constante no capitalismo.

Em Crise urbana e antivalor em David Harvey, Valença (2020) explica o império do antivalor, gerador da atual crise urbana. O antivalor tem importante papel para a acumulação de capital, como já visto. Na sua forma de juros, serve para articular a produção, a circulação e a realização de mercadorias, facilita o movimento geográfico e a transferência de capitais entre circuitos, setores e ciclos de produção. O antivalor como juros retorna para a economia e desempenha importante papel. Mas a forma favorita de antivalor do capital é a dívida, principalmente se, por segurança, for lastreada pelo Estado. A dívida submete a todos a uma servidão perpétua. A produção constante de capital tem de gerar mais-valias que também cubram o custo do serviço das dívidas. O fetichismo do capital, situação em que se constrói a impressão de que dinheiro sozinho e autonomamente gera dinheiro, esconde e naturaliza esta condição de se ter de produzir mais também para cobrir os custos da dívida. A reprodução ampliada do capital, a infinidade da acumulação e a necessidade de crescimento infundável do capital são

chamadas por Marx de má infinidade. O capital financeiro globalizado é o império da crescente dívida que nos aprisiona a todos. O rentismo global – resultante do complexo financeiro-imobiliário – é o domínio do antivalor em sua forma de dívida.

CONCLUSÃO

Não há aqui uma conclusão categórica. A infinidade do antivalor e a infinidade do desenvolvimento do capital não permitem concluir ainda este capítulo da história da economia política mundial. Harvey, seguindo Marx, chama tal desenvolvimento perpétuo de Madness (loucura, mas uma loucura enfurecida). A natureza do desenvolvimento econômico sob o capitalismo, em particular nas últimas décadas, além de crises sistemáticas e frequentes, tem gerado uma crise ecológica de gravíssimas consequências. Não se pode ter um crescimento global a 2% ou 3% ao ano sem destruir o planeta. O desenvolvimento econômico sob o capitalismo significa o consumo de energia, água tratada e potável, minérios diversos, de cimento, de aço e de tudo o mais; e tudo isso tem início em atividades extrativistas – situadas no geral em países mais pobres onde a regulação e o controle são deficientes. Aos poucos e cada vez mais de forma acelerada, este sistema econômico destrói o planeta.

O desenvolvimento econômico atual é um tiro no próprio pé de quem polui, aquece e destrói; é um tiro no pé de quem ao produzir produz também tanta desigualdade e sofrimento; e é um tiro no pé de todos nós que compartilhamos este planeta!

AGRADECIMENTO

À estimada colega Sara Medeiros pela leitura cuidadosa. Ao CNPq, pela bolsa de produtividade em pesquisa que possibilita a mobilidade para a investigação.

DISPONIBILIDADE DE DADOS

Não se aplica.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz & Terra, 2009.

DAVIS, Mike. City of quartz. Excavating the future in Los Angeles. New York: Verso, 1990.

HARVEY, David. From managerialism to entrepreneurialism: the transformation in urban governance in late capitalism. Geografiska Annaler. Series B, Human Geography, v. 71, n.1, pp. 3-17, 1989a.

HARVEY, David. The condition of postmodernity. Oxford: Basil Blackwell, 1989b.

HARVEY, David. The urban experience. Oxford: Basil Blackwell, 1989c.

HARVEY, David. Social justice and the city. Oxford: Blackwell Publishers, 1993.

HARVEY, David. The limits to capital. Nova York: Verso, 1999.

HARVEY, David. The new imperialism. Oxford: Oxford University Press, 2003.

JAMESON, Fredric. Postmodernism, or, the cultural logic of late capitalism. Durham: Duke University Press, 1991.

JAMESON, Fredric. The brick and the balloon: architecture, idealism and land speculation. (162-189). In: Fredric Jameson. The cultural turn. Selected writings on the postmodern – 1983-1998. New York: Verso, 1998.

LIPIETZ, Alain. Mirages and miracles: the crises of global Fordism. London: Verso, 1987.

Valença, M.M.

SMITH, Neil. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, n.21, 15-31, 2007.

VALENÇA, Márcio Moraes. Crise urbana e antivalor em David Harvey. Mercator, v.19, e19031, 2020.

VENTURI, Robert, SCOTT BROWN, Denise, IZENOUR, Steven. Aprendendo com Las Vegas. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

Afiliação dos Autores

Valença, M.M. - Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal (RN), Brasil.

Contribuição dos Autores

Valença, M.M. - O autor contribuiu para a elaboração e redação.

Editores Responsáveis

Alexandra Maria Oliveira
 Alexandre Queiroz Pereira
 Eduardo Von Dentz